

AÇÕES DOCENTES DIANTE DAS MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE

Andréa Cristina Martelli

RESUMO: Esse texto objetivou conhecer as manifestações, mais recorrentes, da sexualidade das crianças nas escolas; mapear e problematizar as ações docentes frente essas manifestações e analisar a importância da educação sexual nas escolas. A fim de alcançarmos os objetivos propostos, nosso caminho investigativo constituiu-se da análise de 72 (setenta e dois) questionários respondidos por professoras e professores que participaram de atividades de extensão, sob a modalidade de grupo de estudos. Em decorrência da análise, percebemos que as manifestações são heterogêneas, pululam entre a exploração do próprio corpo até a descoberta do corpo da outra e do outro. Silêncio, conversas particulares, conversas “naturalizadas”, entre outras, desenharam o mosaico das ações docentes diante das manifestações da sexualidade, ou seja, da educação sexual entendida como todo trabalho a respeito da sexualidade com crianças, adolescentes e adultos. Constatamos que a escola é local privilegiado dessa discussão, no entanto, é premente a necessidade de formação docente, inicial e continuada, sobre essa temática. A escola tanto pode reproduzir padrões heteronormativos, como contribuir na formação de vivências mais prazerosas e livres da sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade; Manifestações da Sexualidade; Ação docente; Educação Sexual.

Palavras iniciais

A sexualidade e suas manifestações presentes em todos os espaços sociais e constituinte da vida das pessoas é um fenômeno que incomoda, ao passo que, também, seduz. Em meio a mistérios e exibições, proibições e permissões, transgressões e obediências construímos nossas sexualidades no movimento entre o pessoal e o social. Nossa sexualidade consiste numa construção social, influenciada pelas culturas, pela história, pela economia, pelas políticas, pelas religiões. Pensar em sexualidade nos remete a sua complexidade como fenômeno social inserido em tempos e em espaços demarcados pelas relações estabelecidas entre homens e mulheres com o meio social e entre si.

A partir dessas considerações preliminares, o texto objetivou conhecer as manifestações, mais recorrentes, da sexualidade das crianças nas escolas; mapear e

problematizar as ações docentes frente essas manifestações e analisar a importância da educação sexual nas escolas.

No intento de atingirmos os objetivos propostos, nosso texto estrutura-se basicamente em três partes. A primeira abordará as manifestações da sexualidade infantil na escola; na segunda, faremos a cartografia das ações docentes e, na terceira, elucidaremos a importância da educação sexual. Enfatizamos que a tessitura do texto compreende a revisão bibliográfica com o entrelaçamento dos dados empíricos coletados nos grupos de estudos.

A pesquisa empírica

Nossa aproximação com o campo empírico ocorreu com desenvolvimento de questionários para 72 professoras e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas e esses profissionais participaram de dois cursos de extensão.

Nesses cursos, convidamos os presentes a responderem ao questionário¹ composto pelas questões; “Quais são as manifestações, mais recorrentes, da sexualidade infantil em sala de aula?” e “Como você age diante delas? Ou você não age?” “Você considera que cabe à escola discutir com as crianças questões relacionadas à sexualidade? Por quê?”.

Em seguida, à coleta de dados o primeiro momento, lemos as respostas para encontrarmos recorrências e idiossincrasias, as quais construíram nosso corpus de análise.

As manifestações da sexualidade infantil mais recorrentes são o toque no próprio corpo (29 respostas) e no corpo da outra e do outro (16 respostas). No tocante às ações docentes, a conversa com naturalidade e sem constrangimento à criança é o procedimento mais adotado (34 respostas). Haja vista que se trata de uma abordagem qualitativa, as respostas com número menor de recorrências também serão analisadas no decorrer do texto dialogando com o nosso referencial teórico.

As respostas evidenciaram a escola como local privilegiado dessa discussão, bem como a necessidade de formação docente, inicial e continuada, para esse trabalho. No decorrer do texto, traremos alguns apontamentos sobre a inserção dessa temática no processo de formação docente, no entanto, a intenção é suscitar provocações e reflexões e, não, traçar um receituário pedagógico.

A maioria dos professores e das professoras, 64 (sessenta e quatro), defende que cabe à escola conversar sobre sexualidade; 3 (três) que não; 3 (três) não responderam à questão;

¹ O termo de autorização do uso das respostas está sob cuidado da pesquisadora. No decorrer do texto, utilizaremos letras quando mencionarmos as respostas dos professores e das professoras.

1(uma) disse que outras instâncias precisam assumir sua responsabilidade diante dessa questão; 1(uma) ficou indecisa.

Após o contato com os dados empíricos, construímos um saber erótico a respeito da sexualidade, uma vez que não deveríamos considerar apenas a razão, sendo que

a vida empírica está aí para mostrar que, ao lado da razão, a paixão ou a emoção ocupam um lugar inegável; pode-se até dizer, um lugar cada vez mais importante (MAFFESOLI, 2005, p. 165).

Nas relações estabelecidas entre as pessoas coabitam razão e a emoção. Compreendemos que “A emoção não pode ser reduzida à esfera do privado, mas é cada vez mais vivenciada coletivamente” (MAFFESOLI, 1995, p. 76).

Nessa perspectiva, a noção² de “imaginário” ocupará destaque em nossas escritas; a compreenderemos no diálogo com Maffesoli, inspirado em Gilbert Durand. Para esses, o imaginário

é a relação entre as intimações objetivas e a subjetividade. As intimações objetivas são os limites que as sociedades impõem a cada ser. Relação entre as coerções sociais e a subjetividade” (MAFFESOLI, 2001, p. 80).

Os sonhos, o lúdico, o simbólico, a imaginação, as fantasias e o onírico são inerentes aos fenômenos sociais, pois não se limitam aos fatos observáveis e racionais. Diferente do que o racionalismo ocidental defende, o imaginário não é a negação do real, mas a criação de novas relações, de um modo de conhecimento que saiba integrar aspectos considerados como secundários: o frívolo, a emoção e a aparência.

Em nossa vida, estabelecemos relações sociais em que depositamos nossas carências, nossos desejos, nossas fantasias, nossas intuições. Somos e homens dotados pela razão; como também, somos seres desejosos, imaginativos, sonhadores, capazes de fabular, de criar, de simbolizar a realidade existente e a realidade possível (TEVES, 1992).

Tanto no tocante as manifestações da sexualidade infantil, como as ações docentes diante delas, procuramos colocar em suspensão (MERLEAU-PONTY, 1973) nossos julgamentos morais para compreender os fenômenos como eles são e não com gostaríamos que fossem. Compreender que as manifestações da sexualidade infantil e as ações docentes podem revolver ou não nossos imaginários de sexualidade; os quais, na maioria das vezes,

² No texto utilizaremos a palavra “noção” como alternativa teórica à palavra conceito. De acordo com Maffesoli, conceito é algo fechado, o que não coaduna com o momento de mudança de paradigma que vivemos (ICLE; MAFFESOLI, 2011, p. 522), nem com as nossas noções de produção de conhecimento.

estão cristalizados na reprodução de valores morais e religiosos advindos de nossas histórias de vida impregnadas pelas marcas das instituições sociais que pertencemos.

Na maioria das vezes, nosso imaginário é conduzido a refletir sobre as sexualidades e suas manifestações como se fossem estáticos e inquestionáveis e, em decorrência, reproduzimos esses conceitos e essas práticas sem reflexões críticas nos diferentes espaços sociais, dentre eles, a escola. (SANTOS, 2009). Por um lado, nosso imaginário reproduz as noções de sexualidade; por outro, podemos romper com o instituído e produzirmos novos imaginários com novas vivências.

Não nos cabe aqui, posições judicativas das ações docentes; cada professora ou professor age baseado em suas experiências tácitas, em seus conhecimentos, em suas percepções, em seus imaginários. Nessa mesma direção, não nos deteremos em qualificar se as manifestações da sexualidade infantil são adequadas ou não de acordo com a faixa etária ou qualquer outro elemento de corte. Compreenderemos a criança como “um exercício de infinitas possibilidades” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 36).

As análises não possuem o caráter de classificar as respostas entre o certo e o errado; ao contrário, essas nos possibilitam compreender as entrelinhas, o quase dito. O caráter de provisoriedade, de temporalidade e de movimento fundamenta a nossa escrita.

1-Manifestações da sexualidade infantil

A sexualidade e suas manifestações, na maioria das vezes, são abordadas com preconceitos, repressão ou reduzidas ao sexo, à reprodução e a contracepção. Freud, assustou a sociedade conservadora do final do século XIX com suas descobertas sobre a sexualidade infantil. Antes dele, nenhum autor reconheceu a existência de um instinto sexual infantil (NEREA, 1941, p. 62). Para este autor, a criança, ao nascer, traz consigo a sexualidade.

Certas sensações sexuais lhe acompanham o desenvolvimento através do período de lactação e da época infantil, sendo bem poucas as crianças que chegam à puberdade sem passar por atividades e sensações sexuais(NEREA, 1941, p. 15).

Até Freud a criança era concebida como símbolo de pureza e assexuada. A partir dessa descoberta, as investigações sobre a sexualidade infantil se constituem objetos de pesquisas acadêmicas em diferentes perspectivas. Pouco a pouco, a sociedade se familiariza e

se inquieta com as diferentes formas de manifestações da sexualidade das crianças. Nos espaços sociais, a criança expressa a sua sexualidade, dentre eles, a escola.

Se a escola se propõe a contribuir para o desenvolvimento integral de seus alunos e suas alunas, precisa concebê-los como seres sexuados, uma vez que a sexualidade é inerente à vida. Compreender o aluno e a aluna é reconhecer, problematizar e dialogar sobre as questões de sua sexualidade, suas manifestações, suas dúvidas, suas curiosidades, enfim, toda a atmosfera que envolve esse aspecto.

A sexualidade da criança antecede seu nascimento. A família cria expectativas em relação ao seu gênero, ao seu sexo, a sua sexualidade. As roupas, os enfeites, os brinquedos, a lembranças de nascimento, o nome, inclusive, o próprio desempenho sexual são pensados de acordo com o sexo biológico da criança. Após a descoberta do sexo, o azul ou o rosa tornam-se as cores oficiais do enxoval. A tríade linear sexo - gênero - sexualidade fundamentada no modelo heteronormativo para o comportamento humano nos acompanha antes do nosso nascimento. Se menino, será masculino e heterossexual; se menina, será feminina e heterossexual.

Essa concepção determinista não leva em consideração a sexualidade para além dos aspectos biológicos, muito menos as discussões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual presentes em nossa sociedade com maior destaque nos anos de 1980.

Em nosso entender, a sexualidade extrapola a dimensão biológica. Compreendida aqui “como um processo histórico, cultural e social de construções de significados, de busca do prazer, de legitimação de discursos, de realização e de interação” (SANTOS, 2009, p. 60). Engloba identidade de gênero e orientação sexual, bem como, envolvimento emocional, amor e reprodução.

Cabe ressaltar que orientação sexual é a forma como vivemos nossa sexualidade, com pessoas do mesmo sexo, com pessoas do sexo oposto, com pessoas de ambos os sexos e tantas outras possibilidades que nos permitirmos.

Também nos identificamos, social e historicamente, como masculino, feminino, ambos, hora um, hora outro ou, ainda, nenhum deles. E é dessa forma que construímos nossas identidades de gênero.

No espaço escolar, encontramos diferentes manifestações da sexualidade: palavras rabiscadas nas paredes e nas portas do banheiro, meninos e meninas espreitando-se, professoras e alunas grávidas, diferentes orientações sexuais, descobertas das diferenças, em outras palavras, os diferentes elementos que constituem a sexualidade, o uso do corpo e seus prazeres.

Das manifestações da sexualidade infantil, constatamos que a exploração do próprio corpo é o objeto de curiosidade com maior recorrências, 39 (trinta e nove). A maioria das crianças explora seu próprio corpo com as mãos e nos diferentes espaços da escola, “a vivência da sexualidade, desde a infância, se justifica pela descoberta corporal, vista como um ato de autoconhecimento” (FURLANI, 2009, p. 46). Brincar com os seus genitais “é um processo universal, esperado e benéfico do aprendizado infantil da sexualidade” (FURLANI, 2009, p. 46).

Algumas crianças esfregam seus órgãos genitais nas cadeiras. Essa manifestação merece atenção docente, haja vista que pode ter diferentes origens. Talvez seja apenas a reprodução de uma sensação prazerosa oriunda da fricção do órgão genital num objeto firme, ou, alguma coceira ocasionada por infecção urinária, ou, ainda, a possibilidade da criança ser vítima de violência sexual.

Nesse último caso, sugerimos que as professoras e os professores observem detalhadamente essa criança em outros momentos, se há mudança de comportamento, de aumento ou diminuição de apetite, como está a higiene, em outras palavras, é oportuno o conhecimento dos sinais de abuso sexual contra crianças a fim de proceder com atitudes sensatas e eficazes diante desses fenômenos.

Outras crianças mostram seus órgãos genitais na sala de aula. Essa atitude, algumas vezes, é apreendida nas próprias famílias. Principalmente, tratando-se dos meninos, há uma exaltação ao pênis, a masculinidade, a troca de parceiras, a vida sexual adulta, a herança sexual do pai. No entanto, é muito incomum, uma família que ressalte a vagina da menina, que vislumbre uma vida sexual ativa com vários parceiros. Ao contrário, para a menina o comportamento reservado e acatado é o esperado e ensinado. Há uma dupla moral sexual, para o órgão do menino, o exibicionismo, já, para o da menina, o segredo.

A criança pode repetir na escola o comportamento apreendido em casa e incentivado pela família. Segundo as professoras pesquisadas, o exibicionismo dos órgãos sexuais é recorrente na Educação Infantil, quando ainda as crianças não incorporaram as imposições sociais sobre os corpos e seus segredos. Quanto mais tempo vivemos em sociedade, mais internalizamos as regras e os padrões sociais aceitos e rejeitamos, na maioria das vezes, com veemência os não aceitos.

O corpo da outra e do outro também é objeto de curiosidade com 26 (vinte e seis) recorrências. As manifestações da sexualidade infantil caracterizam-se pelo tocar e acariciar o órgão sexual do ou da colega, bem como o espiar no banheiro, beijar na boca e namorar. Consideramos que essas são características comuns do desenvolvimento sexual das crianças

dos anos iniciais. A curiosidade, a troca de afeto e a reprodução dos comportamentos adultos pululam nos imaginários infantis na construção de sua sexualidade.

As manifestações da sexualidade ocorridas nas escolas instigam demandas educacionais e ações docentes.

2-As ações docentes diante das manifestações da sexualidade

Lidar com as manifestações da sexualidade infantil nas escolas nos conduz a repensar a nossa sexualidade, embora, a maioria dos profissionais da educação possa não admitir, somos educadores sexuais. As posturas de silenciamento diante das dúvidas, a repressão em face das perguntas ou a pretensa proibição da sexualidade e suas manifestações são formas de educar a sexualidade das crianças.

Como professoras e professores, podemos promover discussões sobre o assunto, ou, nos omitir utilizando diversos subterfúgios, dizendo que “Procuramos falar que a escola não é o lugar para isso” (Professora A), “Para com isso, vocês são muito pequenos para fazer ou falar certas coisas” (Professora B), “Observo e peço para parar” (Professora C), “Chamo a atenção do aluno” (Professora D).

Acreditamos que uma das dificuldades em refletir sobre a sexualidade e de agir diante de suas manifestações na escola reside na necessidade de nós, professoras e professores, revermos nossos discursos moralizantes, uma vez que a sexualidade não é apenas uma área de estudo e, sim, um assunto de nossa vida pessoal, de fórum íntimo. Dessa forma, “não é incomum que discursos que partem de denominações tais como desvio, pecado, escândalo, promiscuidade, anormalidade, imoralidade etc.” (FERRARI, MARTELLI, 2013) são adjetivos às práticas sexuais, principalmente, as que fogem dos padrões hegemônicos.

A maioria das professoras, 34 (trinta e quatro), relatou que age com naturalidade evitando constranger as crianças. Percebemos que há tentativas de movimentar os imaginários de sexualidade no intento de agir de forma mais “natural”, ou seja, romper com os princípios repressores que orientaram a educação sexual recebida pela maioria das professoras e dos professores. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento que consiste num trabalho delicado, pois perturba suas certezas e seus conceitos religiosos e familiares, sendo que discute-se valores e questiona-se preconceitos.

Outras professoras relataram que, dependendo da situação, trabalham com as crianças no coletivo por meio de atividades lúdicas. Aproveitam das atividades didáticas previstas no planejamento curricular para abordarem algum aspecto da sexualidade.

Das respostas, apenas 3 (três) disseram que não fazem nada diante das manifestações da sexualidade infantil. Chamou-nos atenção que uma das professoras apontou, como empecilho de atuação, a fragilidade de sua formação acadêmica nesse assunto.

Sobre os cursos de formação de professoras e professores, não compreendemos que a inserção no currículo de discussões que versem sobre a sexualidade apenas com o viés biológico ou psicológico poderia atenuar esse hiato, no entanto, acreditamos que discussões que compreendam os mitos, os preconceitos, os tabus, as inverdades e as imagens como construções sociais e culturais, desse modo, passíveis de mudanças.

Embora prevaleça a conversa como a ação docente mais recorrente, percebemos outras ações diante das manifestações. Não nos cabe aqui identificar a mais correta, no entanto, não nos furtamos de nos posicionarmos em defesa de uma educação sexual voltada à vivências mais emancipatórias, mais prazerosas e mais saudáveis.

3-A escola como espaço de discussão da sexualidade

A sexualidade e suas manifestações configuram-se num assunto complexo e controverso, não porque a sexualidade seja um assunto quase inexistente no ambiente escolar, mas sim, pelas tentativas de escondê-la, proibi-la, ou ,negá-la. Na escola, “a discussão da sexualidade fascina muitos e apavora outros tantos; ou talvez melhor seria dizer que ela fascina e apavora, ao mesmo tempo, a muitos” (FURLANI, 2005, p. 10).

As manifestações da sexualidade pertencem ao cotidiano escolar; nas conversas entre as crianças e adolescentes, nos desenhos e nas palavras rabiscadas nas portas dos banheiros e nas paredes das salas, nas brincadeiras e nas piadas, nos namoros, nas primeiras sensações afetivas, bem como nas salas de aula, nas falas e ações dos professores e das professoras e dos alunos e das alunas (LOURO, 2003, p. 131). “A sexualidade se manifesta, então, a todo o momento, em todo e qualquer espaço em que o sujeito, meninos e meninas, homens e mulheres, está inserido” (JESUS, 2007, p. 190).

A sexualidade configura-se no movimento entre o social e o pessoal; é construção social, cultural, política, econômica, bem como, é pessoal e íntima. Nessa perspectiva não problematizamos as manifestações de sexualidade dos e com nossos alunos e nossas alunas isentos de nossas experiências, nossos valores, nossos mitos, nossos preconceitos. Ao classificar comportamentos sexuais expressamos nossos imaginários de sexualidade.

Nossos imaginários de sexualidade, bem como nossas vivências não seguem uma linha rígida. O movimento entre as obediências e as transgressões, entre o tradicional e o moderno,

entre o conhecido e o desconhecido no tocante à sexualidade e a suas manifestações moldura o trabalho docente.

Os imaginários de sexualidade dos professores e das professoras são expressos nas respostas. Alguns mais cristalizados e reprodutores de uma acepção de sexualidade limitada ao sexo e à reprodução. Nas palavras da professora Aⁱ, quando questionada respondeu que, *não cabe à escola nos anos iniciais, porque a criança não está madura o suficiente para falar de sexualidade*. Como salientamos, essa afirmação evidencia que, ainda, há uma compreensão biologizante e reprodutivista da sexualidade. À sexualidade estabelece-se uma relação com a faixa etária da fertilidade, da capacidade de reprodução. Nesse sentido, só podemos conversar sobre sexualidade quando as condições biológicas e orgânicas possibilitarem a reprodução. Essa herança da medicina do século XVIII, a sexualidade tratada como sinônimo de procriação, persiste nas escolas e nas práticas docentes.

A nosso ver esse aspecto é um grande desafio que precisamos superar, uma vez que esse imaginário impede práticas docentes voltadas à sexualidade e suas manifestações de uma forma mais emancipatória, mais livre, mais holística. Por exemplo, quando o professor e a professora observa um aluno dos anos iniciais explorando seu corpo em sala de aula, o que deve fazer? Como age a maioria? Quais as imagens sobrevoam seus pensamentos?

Comumente, essas manifestações espantam quem as assiste. Em muitos casos, uma simples descoberta do corpo torna-se um caso de direção. Nesse sentido, defendemos que a forma como o professor e a professora compreendem sua sexualidade, influenciará sobremaneira em suas ações cotidianas.

Nas respostas analisadas, a família ocupa um lugar de destaque. Ora, porque não desempenha seu papel na educação sexual das crianças; ora, porque é empecilho nas intervenções pedagógicas diante da temática em questão.

Esse destaque justifica-se por ser a família o local de nossas primeiras experiências com os outros e outras e nossos primeiros envolvimentos afetivos. Nessa perspectiva, consideramos que essa instituição contribui na socialização e no disciplinamento de nossa sexualidade. Entre os ensinamentos e nossa subjetividade vamos nos construindo seres sexuais. Os princípios apreendidos, religiosos, éticos e morais, nos acompanham em diferentes momentos e nas diferentes faixas etárias. Produzimos, reproduzimos e desconstruímos o que aprendemos com a nossa família.

Quando nos referimos à família, fizemos alusão aos seus diferentes desenhos. As pessoas buscam adaptar-se às mudanças da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que

estas mudanças redesenham o funcionamento e a estrutura da família (SCAVONE, 2001, p. 57) e o jogo das relações familiares (MIOTO, 1989, p. 35).

A maioria dos professores e das professoras, dessa pesquisa, considera que cabe a escola discutir questões relacionadas à sexualidade. No entanto, a justificativa desse trabalho conduz a duas direções. A primeira considera que cabe à escola, uma vez que a família não cumpre com a sua responsabilidade. Nas palavras da professora B: *Sim, pois muitas famílias não discutem ou seja não conversam com seu filho sobre tal assunto*. Ratificando essa frase, encontramos mais duas professoras:

Penso que essa questão deve ser primeiramente abordada na família, mas na ausência desta, a escola deve sim estar promovendo “espaço” para se falar e orientar sobre sexualidade de forma natural e sucinta. (Professora C).

Na minha opinião acredito que seria mais o papel dos pais, mas, a escola na atualidade está ficando com esse papel e, às vezes, não sabemos lidar com certas situações ocorrentes no ambiente escolar. (Professora D).

Nesse mesmo sentido, a professora E que respondeu que não cabe à escola, não destoa das demais respostas, pois, ao justificar a sua negativa nos diz: *Não, mas como em casa existe um tabu, então a escola tem que fazer esse papel, porque os alunos (crianças) tem que lidar sabendo de alguma forma*.

Tornou-se lugar comum nas escolas, que a educação sexual de nossas crianças constituiu-se como responsabilidade da família, no entanto, constata-se a partir das falas das crianças no cotidiano escolar essa ausência. Dentre os motivos, parece-nos que os preconceitos, a falta de conhecimento, a repressão sofrida, os mitos e a educação familiar que os responsáveis pelas crianças vivenciaram tornam-se elementos essenciais para a compreensão dessa ausência. Partindo dessas constatações, o trabalho docente busca suprir essa lacuna nas salas de aula.

Na segunda direção, algumas professoras defendem que a escola é o espaço privilegiado para a desconstrução de mitos, tabus, preconceitos e inverdades que envolvem a vivência da sexualidade. *O papel da escola é fazer o aluno crescer, desenvolver, como a sexualidade faz parte do desenvolvimento, cabe a escola proporcionar essa discussão*. (Professora F). *Somos formadores de opiniões e de cidadãos, temos o “dever” de orientar o nosso educando sobre todos os aspectos da vida, sejam eles sociais, educacionais ou familiares* (Professora G).

[...] a escola tem como pressuposto a formação integral do sujeito e outras instâncias da sociedade serem tendenciosas ao ensinar, a educação deve(ria) trabalhar o científico procurando desenvolver um sujeito que aprenda o respeito e o cuidado de si e dos demais (Professora H).

[...] porque faz parte do desenvolvimento emocional e se queremos formar cidadãos completos precisamos trabalhar isso também. E outra escola tem ou deveria ter o domínio científico, sem muitos “tabus” e explicar, tratar o desenvolvimento do corpo, emoção, sexualidade normal, se você mostra para criança que isso é natural ela não vai ficar imaginando coisas e muitas vezes convive com coisa bem pesada em casa e não saber lidar (Professora I).

Essas repostas elucidam a noção da escola como espaço de produção de conhecimento e a compreensão da sexualidade como elemento constituinte da subjetividade do ser humano, logo, esse ser que se apropria dos conteúdos escolares é um ser sexual, em pleno desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades de viver as diferentes formas de manifestação da sexualidade.

Pensar a escola como espaço de construção da cidadania é, sem dúvidas, considerar o aluno e a aluna possuidores de corpo e intelecto, com deveres e direitos, inclusive, com o direito de conhecer seu corpo e obter informações tanto que lhe propiciem prazeres, como proteção e saúde. “Formar o aluno e a aluna na perspectiva cidadã é, a nosso ver, assumir a responsabilidade da escola como educadora sexual” (FERRARI; MARTELLI, 2013, p. 63).

Se à escola cabe a discussão de sexualidade, será que os profissionais dessa instituição estão preparados para tal trabalho? Qual é o lugar da discussão da sexualidade nos cursos de formação de professores e professoras?

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) (BRASIL, 2008) a Educação Sexual deverá ser abordada transversalmente em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, ou seja, a Educação Básica. Apesar da orientação proveniente dos PCN’s, a abordagem da Educação sexual não aparece formalmente em disciplinas em cursos de graduação em Pedagogia, na qual, além de habilitar Pedagogos, também forma professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica.

Tendo em vista nossa experiência em formação continuada, podemos afirmar que muitos professores e professoras da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ao se depararem com as manifestações da sexualidade no cotidiano escolar e

com a sua própria incapacidade de suprir tais necessidades, recorrem à formação continuada como o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, grupos de pesquisa, palestras, cursos e seminários para apropriação de conhecimentos referentes à sexualidade e a educação sexual.

Pensar em formação de professores e professoras é pensar que

Formar requer uma ação profunda sobre a personalidade, possibilitando uma transformação no sujeito, o que implica tanto a transmissão de conhecimentos quanto a transmissão de valores. A formação conduz à transformação de uma pessoa em professor e professoras baseada em traços e características que imaginamos possuir um professor e uma professora (FERRARI; MARTELLI, 2013, p.63).

Se a formação inicial não contemplou essa discussão, a formação continuada caracteriza-se como a alternativa encontrada para sanar essa lacuna. França e Calsa apontam que

Uma formação continuada que gere discussões, explicações e justificativas sobre as práticas cotidianas pode ser um dos caminhos possíveis para a desconstrução e reconstrução de conceitos que reproduzem pré-conceitos e discriminações (2008, p.7).

Na inserção da discussão em questão no currículo dos cursos de formação, acreditamos em disciplinas que “deveriam conter falas e vivências sobre a sexualidade humana, despertando possibilidades do corpo e das emoções” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 50), problematizando os mitos e os preconceitos, enfim, tudo o que carregamos em nossas vidas e que envolve nossas compreensões e vivências sobre a sexualidade.

Conhecer e discutir essa temática não se reduz a aprender a estrutura dos órgãos genitais, tampouco, diferentes formas de contracepção ou de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, mas significa, sim, problematizar o uso do corpo e seus prazeres;

não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2003, p. 22).

Defendemos que a discussão sobre a sexualidade na escola oportunize a alunos e alunas a sua compreensão como construção social, cultural, histórica e política. Que contribua para uma análise que lhes possibilite “discutir e compreender os mitos sexuais como

elaboração na história e na cultura” (FURLANI, 2003, p. 20), bem como, lhes permita compreender os mecanismos sociais que limitam a vivência de uma sexualidade livre e múltipla, repleta de possibilidades, de sentidos, de significados.

Nossos alunos e nossas alunas possuem o direito de compreender a sexualidade para além da reprodução, de forma a perceber que essa se constitui de prazer, diálogo, afeto; se não, a educação sexual limitar-se-á à informação sexual, ou seja, pura e simples reprodução de definição e conceitos que deveriam ser dados nas aulas de Biologia (RIBEIRO, 1990, p.31).

Uma educação sexual que desconstrua com padrões heteronormativos impositivos e prescritivos, os quais nos conduzem cotidianamente a ser homem e mulher baseados num único modelo. Pautada na problematização e na compreensão das imposições sociais, essa discussão nas escolas pode proporcionar “uma vivência mais positiva e livre do corpo, do prazer advindo dele, deste prazer compartilhado com o outro [e a outra], da sexualidade pessoal” (FURLANI, 2003, p. 30). A escola é “capaz também de imprimir nos sujeitos novas formas de pensar e agir, desmistificando, por exemplo, modelos e padrões de homens e mulheres” (JESUS, 2007, p. 194) que habitam a sociedade.

Uma pausa

A escola como espaço de acontecimentos e constituídas por pessoas, é um espaço sexual por excelência. Compartilhamos de Maio (2011, p. 201) que “a escola pode deixar de ser um espaço de opressão e repressão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas”.

Nossa pesquisa nos revelou manifestações da sexualidade infantil consideradas como inerentes ao desenvolvimento humano e sexual. O autoconhecimento por meio da exploração do corpo e o conhecimento do corpo da outra e do outro são manifestações saudáveis e necessárias para a vivência de uma sexualidade emancipatória.

Referente às ações docentes, consideramos que estamos num terreno arenoso. Diferente de outros assuntos ou conteúdos trazidos em sala de aula, a sexualidade é um elemento de fórum íntimo, envolvendo nossas histórias de vida influenciadas pelas experiências religiosas e familiares. Falar de sexualidade com meus alunos e minhas alunas é, necessariamente, uma viagem a minha sexualidade. Minhas experiências pessoais influenciaram em minhas ações docentes, dito de outro modo, nosso imaginário de sexualidade.

A conversa como instrumento de interação pedagógica quando o assunto é sexualidade nos remete a algumas perguntas: De qual conversa estamos falando? Como conversamos com nossas alunas e nossos alunos sobre as sensações percebidas em seu corpo? Na minha conversa trago meus preconceitos e meus tabus sob a forma de orientações? Poderíamos elencar várias perguntas sobre a “conversa” como ação docente diante das manifestações.

No entanto, cabe ressaltar que a iniciativa de conversar sobre essa temática, na maioria das vezes, negada e escondida, nos revela o movimento dos imaginários docentes no sentido de educar de uma forma diferente de que foram educados. Consideramos que a conversa na escola sobre sexualidade constitui-se numa das possibilidades para contribuirmos com a ruptura de padrões sexistas, machistas, misóginos, homofóbicos, heteronormativos e, acima de tudo, a vivência mais livre e prazerosa da sexualidade como cidadãos e cidadãs, como homens e mulheres, como pessoas sexuais.

Compreendemos a escola como local de discussão de questões relacionadas à sexualidade, o que nos remete à noção de que os imaginários de sexualidade dos professores e das professoras, expressos em suas ações cotidianas diante das manifestações da sexualidade infantil, são construídos fundamentados na relação entre objetividade e subjetividade, razão e emoção, visível e invisível, e assim por diante.

A educação sexual na escola nos conduz a duas perspectivas. De um lado, a escola pode estabelecer padrões de comportamento que assegurem a obediência aos padrões cristalizados na e da sociedade (FERRARI, MARTELLI, 2013, p. 64). Há uma tendência muito forte da escola contribuir na reprodução de preconceitos, de tabus, de mitos. A heteronormatividade pode configurar-se no mote das práticas docentes cotidianas.

Por outro lado, essa mesma instituição e seus e suas profissionais podem construir comportamentos mais livres e com a invenção de novas possibilidades de vida. Essa escola, por ser local de conhecimento e de formação humana, propiciará aos alunos, às alunas, aos e às responsáveis e aos e às profissionais questionar, analisar e transgredir as vivências da sexualidade e construir vivências mais emancipatórias, mais livres, mais saudáveis.

A formação inicial e continuada do professor e da professora é elemento indispensável na ruptura desse padrão de sexualidade, haja vista que, por meio de leituras, debates, sistematização de escrita, entre outros, essas pessoas colocam em suspensão seus imaginários de sexualidade, em dúvida as verdades cristalizadas e os dogmas que os acompanham desde tenra idade.

A escola, como qualquer outro espaço social, é local da sexualidade e de educação sexual, uma vez que é constituída por pessoas que usam o corpo e os prazeres advindos desse.

Nosso corpo é a materialidade de nossa sexualidade e essa é uma das dimensões de nossa condição humana.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP & a, 2000.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. Coordenação de Ulisses F. Araújo. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1999 (Educação em pauta: temas transversais).

FERRARI, Alexandre Sebastião; MARTELLI, Andréa Cristina. Formação de professores, educação sexual e PCNs: um olhar. MACNHOPE, Elenita Conegero Pastor; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; BUSSE, Sanimar (orgs). **Ação e reflexão: a prática de ensino e seu espaço do fazer pedagógico nos cursos de licenciatura**. Cascavel, Gráfica Imprecolor, 2013.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes. Florianópolis. 2008 Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Franca-Calsa_40.pdf Acesso em: 15/04/2013.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009, p. 37-49.

_____. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da educação sexual. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, 16-19 out. 2005, Caxambu, MG. **GE 23 — Grupo de Estudos Gênero, Sexualidade e Educação: trabalhos e pôsteres**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>. Acesso em: 2 fev. 2009.

_____. **Mitos e tabus da sexualidade humana**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

JESUS, Railda Maria Bispo de. Implicações da ação docente sobre as questões de sexualidade e gênero na escola. **Revista Faced**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 11, p. 189-199, jan./jun. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Tradução de Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Contemplação do mundo**. Tradução de Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS mídia cultura e tecnologia**. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nº 15, p. 74-82, ago. 2001.

MAFFESOLI, Michel; ICLE, Gilberto. Pesquisa como conhecimento compartilhado. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 36, n.2, maio/ago, 2011, p. 521-532. Disponível em www.ufrgs.br/edu_realidade.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Unicorpore, Maringá, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Ciências do homem e fenomenologia**. Tradução, prefácio e notas de Salma Tannus Muchall. São Paulo: Saraiva, 1973.

MIOTO, Regina Célia Tamaro. **Educação e família**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1989.

NEREA, DR. J. Gómez. **Freud e as origens do sexo**. Tradução de Abguar Bastos. Editorial Calvino limitada. Rio de Janeiro, 1941.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Educação Sexual na escola: algumas possibilidades didático-metodológicas. In: **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009. p. 59 – 73.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, Fundação UNI e UNESP, v. 5, nº 8, p. 47-60, fev. 2001.

TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: TEVES, Nilda (Org.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus/Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992, p. 3-33.